



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**09/05/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SEM ASSUNTO.....	6 - 10
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. SEM ASSUNTO.....	11 - 16
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. SEM ASSUNTO.....	17
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. SEM ASSUNTO.....	18 - 21
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. SEM ASSUNTO.....	22 - 23
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. SEM ASSUNTO.....	24 - 31

## Maranhão ocupa 4º lugar no ranking da Enasp

Maranhão está em quarto lugar no ranking dos estados que concluíram os inquéritos policiais sobre homicídios instaurados até dezembro de 2007 e ainda não tinham uma definição, tarefa que faz parte da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp) constituída por iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Justiça. Do total de 1.062 inquéritos que se encontravam sem movimentação no Estado do Maranhão até 2007, 1.034 já foram concluídos, atingindo uma produtividade de 97,4%. Do estoque inicial, restam apenas 28 inquéritos, ou seja, 2,4%.

Os números são relativos às movimentações até 30 de março de 2012. Os dados referentes ao prazo final, de 30 de abril, estão sendo consolidados pelos gestores estaduais, que totalizam números de todas as comarcas em cada estado, e estarão disponíveis a partir de 21 de maio pelo site <http://aplicativos.cnmp.gov.br/inqueritometro/>. Até lá, permanecem na página oficial as informações apuradas até março.

JUSTIÇA

Pág. 7

## **TJMA prepara homenagem aos 400 anos de São Luís**

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início aos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, este ano.

# TJMA prepara homenagem aos 400 anos de São Luís

*Comissão do TJMA define homenagem aos 400 anos de São Luís*



O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início aos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, este ano. O presidente, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, assinou portarias designando magistrados e servidores para compor as comissões que irão elaborar a programação dos dois eventos.

A Comissão da Come-

moração dos 200 anos do TJMA (Portaria Nº 1.061/2012) é formada pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente), Cleonice Freire, Jorge Rachid, Paulo Velten e José Luiz Almeida; e pelos servidores Sumaia Heluy, diretora geral do TJ; Cíntia Andrade, diretora da biblioteca; Márcia Banhos, chefe do cerimonial; Natália Fernandes, coordenadora do arquivo; Helena Bar-

bosa, Christofferson Oliveira e Rita Barroso.

A Comissão da Comemoração dos 400 anos da Cidade de São Luís (Portaria Nº 1.060/2012), por sua vez, tem como membros o desembargador Lourival Serejo, presidente; e os servidores Cíntia Andrade, coordenadora da Biblioteca; Márcia Banhos, chefe do Cerimonial; Natália Fernandes, coordenadora do arquivo; Rosa Garcia, Rita Barroso, Christofferson Oliveira e Helena Barbosa.

O desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho foi indicado colaborador nas duas comissões.

**PROGRAMAÇÃO** - Nesta terça-feira (8) a comissão dos 400 anos se reuniu para definir a homenagem do Tribunal de Justiça à São Luís. Será realizada exposição

de documentos e obras raras, fotos, painel e outras peças históricas da Justiça estadual, no período de 30 de julho a 04 de agosto, no Fórum de São Luís, próximo à Praça da Justiça.

Na abertura da mostra, haverá palestra e lançamento de quatro catálogos da Coleção "Pontos de História", com o registro do acervo processual histórico das comarcas mais antigas do Maranhão: São Luís, Alcântara, Viana e Guimarães, e outros eventos de cunho cultural e artístico.

"A exposição será uma homenagem do Poder Judiciário aos 400 anos de São Luís. Na ocasião, deveremos lançar também a programação comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça", declarou o desembargador Lourival Serejo.

## Recebida denúncia contra prefeito de Governador Archer

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu nesta terça-feira (8) denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito do município de Governador Archer, Raimundo Nonato Leal.

Leal foi denunciado em razão de suas contas relativas à administração de 2005 terem sido reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com a constatação de irregularidades como a ausência de processo licitatório referente ao aluguel de uma pá carregadeira mecânica e de comprovação do efetivo pagamento de serviço contratado pela administração municipal.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, ressaltou que o recebimento da denúncia constitui-se em mero juízo de admissibilidade, não se fazendo necessário um profundo exame dos indícios trazidos aos autos, mas apenas a verificação, por meio dos elementos apresentados, como a tipicidade

da conduta atribuída ao gestor municipal.

Para Melo, a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, contendo a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias - a qualificação do acusado, a classificação do delito; além do rol de testemunhas.

“O fato indica a existência de crime em tese, o qual aliado aos indícios de autoria, autorizam o recebimento da denúncia”, diz o desembargador, esclarecendo, ainda, que “se o fato em tese constitui crime e se existem indícios da prática descrita é necessário apurar as irregularidades denunciadas, mediante instrução do processo e a irrecusável recepção da inicial acusatória”.

Os desembargadores Bayma Araujo e Benedito Belo, seguindo parecer da Procuradoria Geral de Justiça, acompanharam o relator.

### **Guerreiro Júnior pede que polícia investigue falso servidor do TJ**

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta (4), em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos. Em novo depoimento, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJ acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada a fundo", comentou.



*Desembargador Guerreiro Junior*

## Vereador reforça pedido ao CNJ para criação de varas de saúde

*Da Redação*

O plenário da Câmara Municipal de São Luís aprovou, na manhã de ontem, indicação do vereador professor Geraldo Castro (PCdoB), ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Ayres Britto, propondo a criação de varas especializadas para processar e julgar ações que tenham como matéria de fundo o direito à saúde.

De acordo com o professor Geraldo Castro, a proposta que já havia sido feita pelo presidente da Embratur, Flávio Dino, visa reforçar o pedido de providências para que o CNJ venha discutir a possibilidade de criar as varas. "Nós estamos integrando um movimento nacional, liderado pelo presidente da Embratur, Flávio Dino, para que o CNJ, através ministro Ayres Britto, determine ao tribunais, a criação de varas especializadas para a tramitação de processos criminal do setor de saúde", afirmou.

Para reforçar o pedido, o vereador comunista usou como base um balanço do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que constatou que tramitam hoje, no Judiciário brasileiro, mais de 240.980 processos judiciais na área de saúde – as chamadas demandas judiciais da saúde.

A maior parte destes processos, segundo os dados que fazem parte do estudo, são referentes a reclamações de pessoas que reivindicam

na Justiça acesso a medicamentos e a procedimentos médicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como vagas em hospitais públicos e ações diversas movidas por usuários de seguros e planos privados junto ao setor.

Ao defender a aprovação do pedido, o professor Geraldo Castro, destacou a implantação das varas especializadas da Criança e da Mulher. "É importante lembrar que a criação da vara da Criança e da Mulher foi um avanço, e agora precisamos lutar pela implantação da vara da saúde", complementa.

**RANKING DE RECLAMAÇÕES** - Uma publicação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), divulgada em março passado, revela que o setor financeiro e os planos de saúde lideram ranking de reclamações em 2011. E que os planos de saúde estiveram à frente do ranking por 11 anos consecutivos.

Vítima de uma tragédia pessoal, o presidente da Embratur, Flávio Dino, reúne forças para tentar melhorar o atendimento médico no país. Seu filho, Marcelo Dino, morreu no dia 14 de fevereiro, aos 13 anos de idade, depois de chegar ao hospital Santa Lúcia, em Brasília, com uma crise de asma. Um inquérito policial foi aberto para apurar as circunstâncias da morte de Marcelo e concluído há 12 dias, com duas pessoas indiciadas pela Polícia.

## **Reprovação de contas de ex-prefeita de Açailândia não teve vício**

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reformou, ontem (8), sentença de primeira instância e julgou improcedente ação que pedia a declaração de nulidade de ato administrativo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA), que reprovou as contas do município de Açailândia, no período de janeiro a outubro de 2003, época em que Gleide Santos era prefeita. O entendimento unânime do órgão foi de que o ato de reprovação não teve qualquer vício.

## Desembargador Cutrim nega investigação pelo CNJ

POLITICANDO - Página 3

## Desembargador Cutrim nega investigação pelo CNJ

Investigação é para bandido e não para um magistrado como eu, com relevantes serviços prestados à Magistratura e ao Maranhão-. A reação foi do desembargador Raimundo Freire Cutrim, a uma nota publicada no blogue do jornalista Itevaldo Junior, dando conta de que ele e a desembargadora Raimunda Bezerra estariam sendo investigados pelo CNJ. Cutrim diz que simplesmente recebeu um pedido de informação sobre um processo, enfatizando que jamais esteve sob investigação tanto do CNJ ou do Tribunal de Justiça.

## Recebida denúncia contra prefeito de Governador Archer

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu ontem (8) denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito do município de Governador Archer, Raimundo Nonato Leal. Leal foi denunciado em razão de suas contas relativas à administração de 2005 terem sido reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com a constatação de irregularidades como a ausência de processo licitatório referente ao aluguel de uma pá carregadeira mecânica e de comprovação do efetivo pagamento de serviço contratado pela administração municipal.

# TJ homenageará São Luís pelos 400 anos

Tribunal de Justiça vai homenagear a capital e se prepara para comemorar o seu bicentenário no próximo ano

O Tribunal de Justiça do Maranhão iniciou os preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, este ano. O presidente, desembargador Antonio Guerreiro

Júnior, assinou portarias designando magistrados e servidores para compor as comissões que irão elaborar a programação dos dois eventos. A Comissão da Comemoração dos 200 anos do TJ-MA (Portaria Nº 1.061/2012) é for-

mada pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente), Cleonice Freire, Jorge Rachid, Paulo Velten e José Luiz Almeida; e pelos servidores Sumaia Heluy, diretora geral do TJ; Cíntia Andrade, diretora da biblioteca; Márcia Banhos, chefe do cerimonial; Natália Fernandes, coordenadora do arquivo; Helena Barbosa, Christofferson Oliveira e Rita Barroso.

A Comissão da Comemoração dos 400 anos da Cidade de São

Luís (Portaria Nº 1.060/2012), por sua vez, tem como membros o desembargador Lourival Serejo, presidente; e os servidores Cíntia Andrade, coordenadora da Biblioteca; Márcia Banhos, chefe do Cerimonial; Natália Fernandes, coordenadora do arquivo; Rosa Garcia, Rita Barroso, Christofferson Oliveira e Helena Barbosa.

O desembargador aposentado Milson Coutinho foi indicado colaborador nas duas comissões.

## Programação

**Ontem**, a comissão dos 400 anos se reuniu para definir a homenagem do Tribunal de Justiça a São Luís. Será realizada exposição de documentos e obras raras, fotos, painel e outras peças históricas da Justiça estadual, no período de 30 de julho a 4 de agosto, no Fórum de São Luís, próximo à Praça da Justiça.

Na abertura da mostra, haverá palestra e lançamento de quatro catálogos da Coleção "Pontos de História", com o registro do acervo processual histórico das comarcas mais antigas do Maranhão - São Luís, Alcântara, Viana e Guimarães - e outros eventos de cunho cultural e artístico.

**O TRIBUNAL** de Justiça do Estado deu início aos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e ao quarto centenário de São Luís, este ano. O presidente, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, assinou portarias designando magistrados e servidores para compor as comissões que irão elaborar a programação dos dois eventos.

**NO ASSUNTO:** fazem das Comissões o desembargador Lourival Serejo e os servidores Cíntia Andrade, Márcia Banhos, Natália Fernandes, Rosa Garcia, Rita Barroso, Christofferson Oliveira, Helena Barbosa e, claro, o desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho.

## **Posse**

O vice-prefeito Aristides Mithomem (PSD) deve assumir hoje a Prefeitura de Barra do Corda.

Ele aguarda apenas a publicação da decisão do Tribunal de Justiça, que afastou o prefeito Manoel Mariano, o Nenzim (PV), na semana passada.

Nenzim está desde o início da semana em Brasília, tentando derrubar a decisão do TJ nos tribunais superiores.

## Reação

O desembargador Raimundo Cutrim refuta informação, segundo ele falsa, de que estaria sendo investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- Quem publicou isso está mentindo, está fazendo uma covardia, porque não estou sendo investigado. Nem eu nem a desembargadora Raimunda Bezerra - disse, enfático.

Cutrim afirma que vai encerrar sua carreira daqui a duas semanas sem máculas e com a consciência tranquila.

## Denúncia

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) recebeu ontem denúncia do Ministério Público (MPE) contra o prefeito de Governador Archer, Raimundo Leal.

Motivo: suas contas de 2005 foram reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, explicou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pela lei.

Visita

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



**IMPERATRIZ** - O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, e o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família, conversaram segunda-feira sobre o compromisso da Corregedoria Geral da Justiça em coordenar, orientar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela Justiça de 1º grau em todo o Maranhão. Em sua primeira visita a Imperatriz, o corregedor-geral ouviu os juízes que expuseram as dificuldades por eles evidenciadas e prometeu buscar soluções para os problemas apresentados. Em uma outra reunião, a juíza-corregedora Alice Prazeres apresentou o Sistema Auditus, que deve melhorar as comunicações da Corregedoria da Justiça com as Serventias, visando à elaboração de um quadro geral de toda a Serventia Extrajudicial no Maranhão.

TJ

## Preparação homenagem aos 400 anos de São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início aos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, este ano. O presidente, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, assinou portarias designando magistrados e servidores para compor as comissões que irão elaborar a programação dos dois eventos.

A Comissão da Comemoração dos 200 anos do TJMA (Portaria Nº 1.061/2012) é formada pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente), Cleonice Freire, Jorge Rachid, Paulo Velten

e José Luiz Almeida; e pelos servidores Sumaia Heluy, diretora geral do TJ; Cintia Andrade, diretora da biblioteca; Márcia Banhos, chefe do cerimonial; Natália Fernandes, coordenadora do arquivo; Helena Barbosa, Christofferson Oliveira e Rita Barroso.

A Comissão da Comemoração dos 400 anos da Cidade de São Luís (Portaria Nº 1.060/2012), por sua vez, tem como membros o desembargador Lourival Serejo, presidente; e os servidores Cintia Andrade, coordenadora da Biblioteca; Márcia Banhos, chefe do Cerimonial; Natália

Fernandes, coordenadora do arquivo; Rosa Garcia, Rita Barroso, Christofferson Oliveira e Helena Barbosa.

O desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho foi indicado colaborador nas duas comissões.

**PROGRAMAÇÃO** - Nesta terça-feira (8) a comissão dos 400 anos se reuniu para definir a homenagem do Tribunal de Justiça à São Luís. Será realizada exposição de documentos e obras raras, fotos, painel e outras peças históricas da Justiça estadual, no período de 30 de julho a 04 de agosto, no Fórum de São

Luís, próximo à Praça da Justiça.

Na abertura da mostra, haverá palestra e lançamento de quatro catálogos da Coleção "Pontos de História", com o registro do acervo processual histórico das comarcas mais antigas do Maranhão: São Luís, Alcântara, Viana e Guimarães, e outros eventos de cunho cultural e artístico.

"A exposição será uma homenagem do Poder Judiciário aos 400 anos de São Luís. Na ocasião, deveremos lançar também a programação comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça", declarou o desembargador Lourival Serejo.

 SERVIDORES

DEPUTADOS INICIAM  
DISCUSSÃO SOBRE PLANO  
DE CARGOS E CARREIRA  
POLÍTICA 2

## SERVIDORES

# Assembleia debate plano

Deputados começam esta semana debate sobre Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Administração Direta, enviado no mês passado pelo Executivo

AGENOR BARBOSA

Enviado pelo Executivo há 20 dias para a Assembleia Legislativa (AL), o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual (PGCE) começa a ser discutido pelos deputados. Enquanto a bancada governista possui um entendimento favorável à proposta e já discute a apresentação de emendas, os parlamentares de oposição aguardam a realização de uma audiência pública para ampliar o debate com os servidores.

O líder do governo no parlamento, deputado César Pires (DEM), informou que os membros da base aliada tiveram uma reunião com o ex-secretário de Planejamento, Fábio Gondim, para esclarecer todos os pontos da proposta. "Estamos discutindo o plano, mas temos o consenso de que votarem a favor do Plano que já foi explanado pelo secretário", explicou. O democrata lembrou que até agora apenas o deputado Raimundo Cutrim (PSD) falou em apresentar emenda ao projeto.

Cutrim exerce a função de presidente da Comissão de Segurança da AL e junto com os demais membros

do grupo se reuniu com policiais e bombeiros militares no último dia 25 para tratar, justamente, da inclusão da categoria no PGCE. A categoria argumenta que os benefícios recebidos com o acordo que encerrou a greve tiveram caráter de reposição de perdas e não reajuste salarial. Cutrim informou a necessidade de debater o assunto com a Secretaria de Planejamento e com a governadora Roseana Sarney (PMDB).

Os parlamentares de oposição chegaram a receber críticas sobre a proposta por membros do magistério e sindicalizados ao Sinproesemma e também dos policiais civis. "Há uma reclamação sobre uma discrepância entre os investigadores de polícia e os delegados", comentou o deputado Neto Evangelista (PSDB). O deputado Bira do Pindaré (PT) solicitou uma audiência pública para debater o tema com os servidores. O encontro seria realizado ontem, mas foi adiada pela Comissão de Administração Pública, Segurança Social e Relações de Trabalho.

Em meio aos debates, a proposta segue com a tramitação na Casa. De acordo com a Diretoria Geral da Mesa Diretora, atualmente o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois seguirá

para a Comissão de Orçamento e por fim para a Comissão de Administração Pública. Com o aval de todas essas comissões o projeto segue para votação em plenário apesar de não haver data prevista. A proposta conta com a simpatia da bancada governista que reúne a maioria dos deputados da Casa e tem condições de aprovar a matéria.

O prazo inicial para recebimento de emendas para o PGCE já expirou e serão admitidas solicitações apenas através das Comissões onde a proposta tramitará. As emendas iniciais devem ser feitas até seis dias após o registro do projeto no Diário Oficial do Estado. Por conta do curto espaço de tempo, o deputado Neto Evangelista informou a **O Imparcial** que irá propor alteração do prazo que deverá ser baseado na publicação do recebimento da proposta no Diário da Assembleia.

 GOV. ARCHER

## TJ denuncia prefeito por aluguel de carregadeira

O Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu ontem denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito do município de Governador Archer, Raimundo Nonato Leal.

Leal foi denunciado devido ter as contas relativas à administração de 2005 reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com a constatação de irregularidades como a ausência de processo licitatório referente ao aluguel de uma pá carregadeira mecânica e de comprovação do efetivo pagamento de serviço contratado pela administração municipal. Para o relator Raimundo Melo, a denúncia está formalmente perfeita.

## Fraudador à disposição da Justiça

Permanece à disposição da justiça do município de Santa Helena, Deyslan Silva Mendes, que é servidor do Tribunal de Justiça. Ele foi preso na última segunda-feira, suspeito de falsificação de títulos eleitorais no município de Governador Nunes Freire. Em depoimento, Deyslan disse que era funcionário do Cartório Eleitoral do Fórum de Santa Helena e em 2008 foi transferido para o TJ-MA, na capital, por aprovação em concurso público. Disse ainda que ajudou a eleger um prefeito em 2011 falsificando 1.500 documentos para transferência de títulos eleitorais. Ainda segundo ele, 730 documentos foram fraudados e seriam usados na campanha eleitoral de Governador Nunes Freire, para o pré-candidato a prefeito Marcel Evert D. Silva, conhecido como Marcel Curió, filho de Domingos Fonseca, o Domingos Curió, atual prefeito de Turilândia.

“Quem vende seu voto não merece respeito. Se há esses crimes é por conivência de quem compra. O eleitor também deve ser punido”,

disse o corregedor eleitoral José Bernardo Rodrigues. Ele relatou ainda não haver qualquer informação sobre esse caso e um possível processo que tenha sido enviado à Corregedoria. Cabe à cada município fiscalizar seu domicílio eleitoral, disse ele. Ainda segundo o corregedor, há casos de alteração do domicílio eleitoral em locais onde o voto é biométrico. “Como não podem mais votar pelo titular, agora estão alterando o domicílio, em outros casos, de venda de voto, a culpa é também do eleitor”, disse o corregedor. A reportagem tentou contato com o delegado do caso, Ricardo Aragão, mas não retornou.

### Campanha antecipada

Em média, são recebidas 10 denúncias por mês, apresentadas de forma válida, segundo a Ouvidoria Eleitoral. Todas, diz o órgão em nota, são devidamente encaminhadas à Procuradoria Regional Eleitoral, bem como para os juízes eleitorais das Zonas da capital e do interior do estado, responsáveis pelo processamento dessas demandas.

## Vereador reforça pedido ao CNJ para criação de varas de saúde

*Da Redação*

O plenário da Câmara Municipal de São Luis aprovou, na manhã de ontem, indicação do vereador professor Geraldo Castro (PCdoB), ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Ayres Britto, propondo a criação de varas especializadas para processar e julgar ações que tenham como matéria de fundo o direito à saúde.

De acordo com o professor Geraldo Castro, a proposta que já havia sido feita pelo presidente da Embratur, Flávio Dino, visa reforçar o pedido de providências para que o CNJ venha discutir a possibilidade de criar as varas. "Nós estamos integrando um movimento nacional, liderado pelo presidente da Embratur, Flávio Dino, para que o CNJ, através ministro Ayres Britto, determine aos tribunais, a criação de varas especializadas para a tramitação de processos criminais do setor de saúde", afirmou.

Para reforçar o pedido, o vereador comunista usou como base um balanço do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que constatou que tramitam hoje, no Judiciário brasileiro, mais de 240 980 processos judiciais na área de saúde – as chamadas demandas judiciais da saúde.

A maior parte destes processos, segundo os dados que fazem parte do estudo, são referentes a reclamações de pessoas que reivindicam na Justiça acesso a

medicamentos e a procedimentos médicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como vagas em hospitais públicos e ações diversas movidas por usuários de seguros e planos privados junto ao setor.

Ao defender a aprovação do pedido, o professor Geraldo Castro, destacou a implantação das varas especializadas da Criança e da Mulher. "É importante lembrar que a criação da vara da Criança e da Mulher foi um avanço, e agora precisamos lutar pela implantação da vara da saúde", complementa.

**RANKING DE RECLAMAÇÕES** - Uma publicação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) divulgada em março passado, revela que o setor financeiro e os planos de saúde lideram ranking de reclamações em 2011. E que os planos de saúde estiveram à frente do ranking por 11 anos consecutivos.

Vítima de uma tragédia pessoal, o presidente da Embratur, Flávio Dino reúne forças para tentar melhorar o atendimento médico no país. Seu filho, Marcelo Dino, morreu no dia 14 de fevereiro, aos 13 anos de idade, depois de chegar ao hospital Santa Lúcia, em Brasília, com uma crise de asma. Um inquérito policial foi aberto para apurar as circunstâncias da morte de Marcelo e concluído há 12 dias, com duas pessoas indicadas pela Polícia.

## Governador Archer

# Tribunal de Justiça recebe denúncia contra prefeito

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu nesta terça-feira (8) denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito do município de Governador Archer, Raimundo Nonato Leal.

Leal foi denunciado em razão de suas contas relativas à administração de 2005 terem sido reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com a constatação de irregularidades como a ausência de processo licitatório referente ao aluguel de uma pá carregadeira mecânica e de comprovação do efetivo pagamento de serviço contratado pela administração municipal.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, ressaltou que o recebimento da denúncia constitui-se em mero juízo de admissibilidade, não se fazendo necessário um profundo exame dos indícios trazidos aos autos, mas apenas a verificação, por meio dos elementos apre-

sentados, como a tipicidade da conduta atribuída ao gestor municipal.

Para Melo, a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, contendo a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias – a qualificação do acusado, a classificação do delito; além do rol de testemunhas.

“O fato indica a existência de crime em tese, o qual aliado aos indícios de autoria, autorizam o recebimento da denúncia”, diz o desembargador, esclarecendo, ainda, que “se o fato em tese constitui crime e se existem indícios da prática descrita é necessário apurar as irregularidades denunciadas, mediante instrução do processo e a irrecusável recepção da inicial acusatória”.

Os desembargadores Bayma Araujo e Benedito Belo, seguindo parecer da Procuradoria Geral de Justiça, acompanharam o relator.

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
**Prazo de 30 (trinta) dias****Ação: COBRANÇA****Processo Nº: 1196-88.2011.8.10.0123**

Requerente: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado: Luciano Costa Nogueira - OAB/MA 6593

Requerido: Antonio dos Reis Sousa

O Dr. CLÊNIO LIMA CORRÊA, Juiz de Direito da Comarca,  
na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele  
conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria  
Judicial se processam os termos da Ação de Cobrança  
acima mencionada, sendo o presente paraCITAR: ANTONIO DOS REIS SOUSA, brasileiro, casado,  
agricultor, atualmente em lugar incerto e não sabido,  
para no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob  
pena de não o fazendo serem consideradas verdadeiras  
as alegações da autora (art. 285 do CPC).DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Do-  
mingos do Maranhão, Estado do Maranhão, aos 18 (de-  
zoito) dias do mês de abril de 2012 (dois mil e doze).Eu, Rômulo Silva dos Santos, Técnico Judiciário, fiz di-  
gitar, subscrevi e assino.**DR. CLÊNIO LIMA CORRÊA**  
Titular da Comarca

## ***Câmara do TJ decide que reprovação de contas de ex-prefeita não teve vício***

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reformou, nesta terça-feira (8), sentença de primeira instância e julgou improcedente ação que pedia a declaração de nulidade de ato administrativo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA), que reprovou as contas do município de Açailândia, no período de janeiro a outubro de 2003, época em que Gleide Santos era prefeita. O entendimento unânime do órgão foi de que o ato de reprovação não teve qualquer vício.

A sentença da Justiça de 1º grau havia acolhido a justificativa de Gleide, de que já não ocupava o cargo de prefeita na época da conclusão do parecer do TCE, em 2007, e, por isso, deixou de ter acesso aos documentos comprobatórios da inexistência de falhas apontadas pelo Tribunal de Contas. A ex-prefeita pleiteava a elaboração de novo parecer sobre as contas. O Estado contestou a alegação de Gleide, defendendo a regularidade da manifestação do TCE, que apontou uma série de irregularidades.

A desembargadora Anildes Cruz (relatora) entendeu que a alegação da ex-prefeita não era suficiente para invalidar o ato do TCE. Lembrou que a maior parte das contas só é apreciada após o término dos mandatos e acrescentou que foram dadas todas as oportunidades de defesa à ex-prefeita, entre 2004 e 2007. Os desembargadores Paulo Velten (revisor) e Jaime Araújo acompanharam o voto.

**Caxias** – A 4ª Câmara Cível negou razão a recurso do município de Caxias e manteve sentença de primeira instância, que havia julgado improcedente ação de improbidade administrativa contra a ex-prefeita Márcia Marinho.

O município alegou que a ex-prefeita teria contratado empresa para fornecimento de material para oficinas escolares, no valor de R\$ 17 mil, sem realização de processo licitatório.

A relatora, Anildes Cruz, disse não ter ficado demonstrado ato ilícito, mas a ocorrência de erro formal na nota de empenho do processo licitatório, na qual constou erroneamente licitação do tipo de dispensa, quando deveria estar escrito carta-convite. Ressaltou que o próprio recurso do município informou não ter o ato resultado em lesão ao erário ou enriquecimento ilícito.

**Bacabeira** – Os desembargadores também julgaram improcedente a ação civil pública por ato de improbidade atribuído ao prefeito de Bacabeira, José Reinaldo Calvet, que teria deixado de prestar contas do exercício financeiro de 2001.

O entendimento unânime foi de que não houve elementos suficientes para considerar ter o ex-prefeito praticado o ato, pois ele apresentou contas com, aproximadamente, quatro meses de atraso, porém mais de três anos antes da ação judicial, o que afastou a existência de dolo ou má-fé de Calvet, segundo o voto da relatora Anildes Cruz.

O desembargador Paulo Velten lembrou que, na área cível, a hipótese não configura dolo, embora, na área penal, exista posição de que a prestação teria que ser no prazo.

## Juizado restabelece funcionamento interrompido por queda de energia

Já se encontra restabelecido o funcionamento do 11º Juizado Especial Cível e Criminal (Anil). A interrupção dos serviços na unidade se deu em função de um problema na rede elétrica ocorrido na segunda-feira (7). O problema atingiu também o 2º JERC, que funciona no mesmo prédio e onde os trabalhos também foram retomados.

Segundo o chefe da Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça, Rogério Frade, um curto-

circuito devido a uma sobrecarga no medidor causou o problema na rede elétrica.

Ainda de acordo com Frade, um estudo de cargas na unidade deverá ser feito por técnicos da Divisão. “A partir desse levantamento iremos fazer uma intervenção definitiva”, garante. Por motivo de segurança (para evitar nova sobrecarga) os aparelhos de ar condicionado de 60 mil BTUs ficarão provisoriamente desligados.

## **Recebida no TJ-MA denúncia do MP contra prefeito de Governador Archer**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu nesta terça-feira (8) denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito do município de Governador Archer, Raimundo Nonato Leal.

Leal foi denunciado em razão de suas contas relativas à administração de 2005 terem sido reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com a constatação de irregularidades como a ausência de processo licitatório referente ao aluguel de uma pá carregadeira mecânica e de comprovação do efetivo pagamento de serviço contratado pela administração municipal.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, ressaltou que o recebimento da denúncia constitui-se em mero juízo de admissibilidade, não se fazendo necessário um profundo exame dos indícios trazidos aos autos, mas apenas a verificação, por meio dos elementos apresentados, como a tipicidade da conduta atribuída ao gestor municipal.

Para Melo, a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, contendo a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias – a qualificação do acusado, a classificação do delito; além do rol de testemunhas.

“O fato indica a existência de crime em tese, o qual aliado aos indícios de autoria, autorizam o recebimento da denúncia”, diz o desembargador, esclarecendo, ainda, que “se o fato em tese constitui crime e se existem indícios da prática descrita é necessário apurar as irregularidades denunciadas, mediante instrução do processo e a irrecusável recepção da inicial acusatória”. Os desembargadores Bayma Araujo e Benedito Belo, seguindo parecer da Procuradoria Geral de Justiça, acompanharam o relator.

## Educação no interior

O deputado Othelino Neto denunciou ontem, na tribuna, que milhares de alunos do ensino médio estão sem estudar no interior do Estado, segundo ele, por conta da falta de iniciativa da governadora Roseana Sarney em cumprir a determinação da Justiça, que não aceitou o seletivo feito pela Secretaria de Educação para contratar professores sem submetê-los a concurso público.

Othelino acusou Roseana de “mentir para população para justificar a inércia da sua administração no setor vital para o desenvolvimento da sociedade”. Segundo o deputado, a única justificativa que o governo consegue dar é que foi impedido pelo Ministério Público do Estado.

“Essa satisfação é apenas uma meia verdade. Primeiro, porque o Ministério Público fez apenas uma recomendação para que o Estado faça concurso para contratação dos servidores. Segundo, o MPE não tem a prerrogativa de decidir; quem decide é a Justiça”, enfatizou.

Othelino fez levantamento e constatou que já estamos em maio e as aulas do ensino médio no Maranhão não começaram na grande parte das escolas. “Isso só evidencia a falta de compromisso com a Educação, justamente a Educação que foi um dos pontos principais do programa de governo na época da campanha da governadora Roseana Sarney”, condenou.

Othelino Neto citou como exemplo o município de Alto Alegre do Pindaré, onde as aulas ainda não começaram no Centro de Ensino Marcelina Noia Alves. Conforme o parlamentar, além da falta de professores, os alunos simplesmente não têm carteira para sentar.

O parlamentar disse ainda que em diversos municípios a situação é semelhante. “Quero deixar o alerta para que o governo passe a dar atenção para este importante assunto não só em respeito à população, mas em respeito aos milhares de jovens que estão até hoje sem começar as aulas e correndo o risco de perder o ano letivo”, condenou.

## PROVITA

# Corregedor quer prioridade para inquéritos que envolvam protegidos

Em ofício circular encaminhado aos magistrados maranhenses, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, recomenda “prioridade na tramitação de inquéritos policiais e processos criminais em que figurem como indiciados vítima, réu, colaborador ou testemunha protegidos pelos programas especiais de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999”.

A medida atende ao que está determinado no Art. 19-A da lei, onde se lê: “Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei”.

“Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas inclu-

ídas nos programas de proteção previstos nesta Lei, devendo justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo no caso concreto ou o possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal”, diz a lei em seu parágrafo único.

No documento enviado aos juízes do Maranhão, no dia 3 de maio, o corregedor determina ainda que todos os inquéritos ou processos do tipo exibam tarja nos autos com os dizeres: PROVITA – PRIORIDADE.

**Provita** – As medidas foram sugeridas ao corregedor-geral pelo juiz auxiliar da Capital José dos Santos Costa, membro do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (Provita).

Para o magistrado, a iniciativa do corregedor é “importantíssima para que efetivamente se cumpra

a lei e se dê a prioridade necessária aos processos citados. O conselho do Provita parabeniza o corregedor por essa medida que vai fortalecer o programa”, disse.

Segundo o juiz, no Maranhão, oriundos da Justiça Estadual, são sete processos que envolvem oito pessoas - entre duas testemunhas, cinco vítimas e um réu colaborador - protegidas pelo programa: três de Arame, dois de Açailândia, um de Timon, um de Santa Rita e um de São Luís.

“Os de Arame e o de Açailândia estão no programa há quase seis anos sem que os processos sejam julgados, quando a lei estabelece o prazo de dois anos, excepcionalmente prorrogáveis por mais dois anos, para permanecer no programa”, alertou o juiz. O de Timon encontra-se no programa há cinco anos.

*A exposição será uma homenagem do Poder Judiciário aos 400 anos de São Luís. Na ocasião, deveremos lançar também a programação comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça”, declarou o desembargador Lourival Serejo, sobre o início pelo Tribunal de Justiça do Maranhão dos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, este ano.*

**EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO: 30 DIAS**

A Doutora MANUELLA VIANA DOS SANTOS FARIA RIBEIRO, Juíza de Direito TITULAR DA 2ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, na forma da lei etc. FAZ SABER, pelo presente EDITAL DE CITAÇÃO, com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou deles conhecimentos tiverem e interessar possa, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara, se processem os termos da Ação de Execução (Proc. 939-04.2010.8.10.0057), que tem como requerente o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. É o presente para CITAR o requerido o Sr. CÍCERO PEDROSA MONTEIRO para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito (CPC, art. 652) o mesmo poderá oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados de data da publicação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro não alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado, na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Santa Luzia - MA, aos 13 (treze) dias do mês de abril do ano de dois mil e doze (2012).

**MANUELLA VIANA DOS SANTOS FARIA RIBEIRO**  
Juíza de Direito Titular da 2ª Vara